

Alexandre Cantini Rezende

# **CONTROLE E PRIVATIZAÇÃO CULTURAL**

A violação dos direitos dos criadores de  
obras intelectuais e artísticas pelas empresas  
desenvolvedoras de *software*

Editora Lumen Juris  
Rio de Janeiro  
2025

# Sumário

<b>Prefácio aos advogados .....</b>	<b>1</b>
<b>Prefácio aos designers .....</b>	<b>3</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>5</b>
<b>1 Introdução.....</b>	<b>15</b>
1.1 <i>It's the economy, stupid</i> .....	19
1.2 Originadores .....	23
1.3 Nos próximos capítulos.....	26
<b>2 Contextualização e metodologia.....</b>	<b>31</b>
2.1 Eu photoshopo, tu photoshopas, todos photoshopam?.....	31
2.2 Os desafios introduzidos pelas novas tecnologias.....	32
2.3 Os desafios das novas tecnologias e o ensino das atividades da Indústria Criativa .....	33
2.4 Delimitação do recorte da pesquisa que deu origem ao livro .....	37
2.5 Arquivos de trabalho e a obra .....	38
2.6 Originadores de obras intelectuais e artísticas .....	39
2.7 Sociedades empresárias .....	43
2.8 Metodologia.....	45
2.8.1 Pressupostos conceituais .....	45
a) A Constituição Federal de 1988 é vértice supremo das fontes do direito pátrio, seu axioma interpretativo e cimento intersticial entre normas infraconstitucionais.....	46
b) Princípios: da máxima efetividade, da interpretação conforme a constituição e da proibição ao retrocesso social .....	47
c) Função do Direito do Autor, Direito do Autor e <i>software</i> e a desnecessidade de registro .....	47

d) imagens digitais, como gravuras digitais e fotografias digitais, são obras de artes plásticas imateriais armazenadas em suporte digital.....	48
e) desenvolvedores de formatos digitais de imagens são utentes do direito de autor sobre seu código-fonte (especificações técnicas), mas não possuem qualquer direito sobre as artes plásticas imateriais neles armazenadas por terceiros.....	49
f) o exercício do direito de autor pelo originador da obra de arte plástica digital imaterial em nada impacta o direito de autor do desenvolvedor do formato de arquivo no qual é armazenada .....	49
g) no regime capitalista, a livre concorrência implica comportamentos abrasivos entre concorrentes na luta pela dominância no mercado .....	50
2.8.2 Hipóteses.....	50
a) arquivos de trabalho de programas criativos de computador são <i>corpora mechanica</i> para a arte plástica digital imaterial .....	50
b) o exercício dos direitos potestativos de autor das sociedades empresárias desenvolvedoras de programas criativos de computador sobre suas criações, corporificados nos <i>End User License Agreements</i> (E.U.L.A.) pode configurar abuso de direito do autor se seu exercício provocar danos aos usuários de seus programas sob a perspectiva de seus direitos de autor, consumidor e trabalhador .....	51
c) não há justificativa técnica, menos ainda socioeconômica, para a adoção exclusiva de programas criativos de computador de licença restritiva, chamados programas proprietários, em sala de aula.....	51
2.8.3 Métodos de análise.....	52
2.8.4 Breve nota acerca de questionários e entrevistas.....	54
<b>3 Arquivos de Trabalho.....</b>	<b>57</b>
3.1 Arquivos binários x arquivos de texto .....	58
3.1.1 Arquivos de texto .....	58

3.1.2 Arquivos binários.....	60
3.1.3 Arquivos binários executáveis: programas compilados.....	60
3.1.4 Programas scriptados .....	63
3.2 Arquivos binários para armazenamento de dados de saída x arquivos de texto.....	67
3.2.1 Arquivos binários para armazenamento de dados .....	67
3.2.2 Arquivos PDF .....	69
3.2.3 Arquivos ODF e SVG .....	70
3.2.4 Arquivos digitais para armazenamento de dados em formato binário e em formato de texto .....	74
3.3 A arte do <i>software</i> .....	76
3.3.1 Natureza jurídica do software e de seu arquivo de trabalho .....	79
3.4 Arquivos de trabalho <i>vs</i> arquivos de saída.....	82
3.4.1 O potencial autônomo das camadas .....	88
3.5 Natureza jurídica dos arquivos digitais de saída .....	89
3.5.1 A pintura, a tela e os direitos autorais.....	91
a) direitos extrapatrimoniais.....	91
b) direitos patrimoniais .....	92
3.5.2 <i>Corpus mechanicum vs corpus mysticum</i> .....	95
3.5.3 <i>Corpus mechanicum e corpus mysticum</i> possuem tratamentos legais diferentes .....	96
3.5.4 Obra de arte digital .....	98
3.6 O arquivo digital de trabalho.....	100
3.6.1 A natureza jurídica do arquivo de trabalho .....	102
3.6.2 Arquivos de trabalho são <i>corpus mechanicum</i> para obras de arte digitais.....	110
3.7 Apesar da aparente sobreposição de direitos, não há sobreposição de direitos .....	111
3.7.1 A não arbitrariedade das formas jurídicas.....	111
3.7.2 Sobreposição de direitos.....	115

3.7.3 Possibilidade de aquisição de direitos pela transmutação posterior pelo público .....	121
3.7.4 Acumulação de direitos.....	125
<b>4 O <i>vendor lock-in</i> .....</b>	<b>129</b>
4.1 Introdução .....	129
4.1.1 Elementos do <i>vendor lock-in</i> .....	130
4.2 Interoperabilidade .....	132
4.2.1 <i>Vendor lock-in</i> e interoperabilidade .....	138
a) Assinador Livre - a ausência de interoperabilidade enquanto descuido com os usuários .....	140
4.3 Obsolescência do arquivo legado .....	141
4.3.1 <i>Vendor lock-in</i> e a obsolescência do arquivo legado .....	145
4.3.2 Licenças ao usuário final e a obsolescência programada .....	150
<b>5 Impactos do <i>vendor lock-in</i>.....</b>	<b>155</b>
5.1 Introdução .....	155
5.2 Ponderações acerca do Princípio da Legalidade.....	161
5.3 Ofensas aos direitos dos originadores sob a ótica do Direito do Autor.....	163
5.3.1 Impactos do <i>vendor lock-in</i> em abstrato .....	163
5.3.2 O <i>vendor lock-in</i> nos contratos de licença ao usuário final.....	171
5.4 Ofensas aos direitos dos originadores pela ótica do sistema consumerista.....	184
5.5 Ofensa ao direito à liberdade de escolha profissional.....	188
5.5.1 Duas experiências autônomas.....	192
<b>6 Considerações finais .....</b>	<b>197</b>
6.1 Introdução .....	197
6.2 Caminho jurídico.....	197
6.3 Caminho legislativo.....	204
6.4 Possibilidade técnica.....	206

6.5 Caminho social.....	214
6.5.1 A experiência da ESDI .....	227
6.5.2 E a PUC-Rio? .....	229
6.6 Palavras finais.....	233
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>237</b>
<b>Anexo 1: Pesquisa jurisprudencial .....</b>	<b>271</b>
1 Objetivo.....	271
2 Hipóteses.....	271
3 Metodologia.....	271
4 Achados.....	27
<b>Anexo 2: Contratos de licenciamento ao usuário final .....</b>	<b>277</b>
1 Declaração de propriedade exclusiva .....	277
2 Violação de direitos morais do usuário.....	278
2.1 Remoção arbitrária do conteúdo .....	278
3 Vedação à Engenharia Reversa.....	278
3.1 Reconhecimento da possibilidade de descompilação.....	279
4 Exoneração de responsabilidade em relação a versões legadas.....	279
5 Limitação à indenização por responsabilidade civil .....	280
6 APIs e SDKs.....	282
7 Cláusulas abusivas .....	282
7.1 Alterações contratuais unilaterais.....	282
7.2 Exigência de resolução por mediação - limitação ao direito de acesso à justiça .....	283
7.3 Proibição a ações coletivas.....	283
7.4 Cláusula de eleição de foro .....	284
8 Capitalismo de Vigilância .....	284
9 Violação de privacidade e IA.....	286
<b>Material Complementar .....</b>	<b>287</b>